

UM SÓ POVO, UMA SÓ PÁTRIA, UMA SÓ LÍNGUA: impactos de uma política linguística imposta às identidades de um país

ONLY ONE NATION, ONLY ONE HOMELAND, ONLY ONE LANGUAGE: impacts of the language policy imposed on the identities of a country

Raquel Fritzen Dapper Vetromilla¹

Resumo: O artigo discute os conceitos de identidade do sujeito pós-moderno e da superdiversidade, embasadas em leituras de Hall e Vertovec, e apresenta estudo informal sobre a constituição da identidade de uma jovem graduanda, falante de uma língua de herança. O estudo demonstra que, como sujeito pós-moderno, a estudante possui múltiplas identidades que estão relacionadas com os diversos contextos pelos quais transita. Além disso, explicita a força exercida pelas políticas linguísticas da década de 1930 sobre as identidades dos descendentes de imigrantes.

Palavras-chave: Identidade pós-moderna. Superdiversidade. Políticas linguísticas.

Abstract: The article discusses the concepts of postmodern subject identity and superdiversity, based on readings of Hall and Vertovec, and presents an informal study on the constitution of the identity of a young graduate student, who speaks an heritage language. The study shows that, as a postmodern subject, the student has multiple identities that are related to the different contexts through which she transits. In addition, the article explains the force exerted by the language policies of the 1930s on the identities of the descendants of immigrants.

Keywords: Postmodern identity. Superdiversity. Language policies.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo apresenta reflexões embasadas em textos lidos na disciplina de Estudos Culturais e Diversidade, no curso de Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e nos dados gerados a partir de conversa informal, realizada com uma estudante de graduação. Essa cursa o terceiro semestre do curso de letras em uma instituição do interior do estado do

Rio Grande do Sul. É necessário aqui ainda mencionar que se trata de uma jovem de 23 anos de idade, descendente de imigrantes alemães e falante da língua de herança “Hunsrück”.

O primeiro questionamento feito à estudante, que receberá aqui o nome fictício de Elisa, foi sobre sua história familiar. A jovem prontamente iniciou o relato, apontando para uma família de descendência alemã que habita uma cidade de dois mil habitantes. Ela nasceu

¹ Especialista em Aprendizagem na Língua Alemã pelo Instituto Superior de Educação Ivoti, coordenadora da área de língua alemã e professora no Instituto Ivoti, RS. E-mail: raquel.vetromilla@institutoivoti.com.br

e cresceu neste local, onde relatou ser feliz, embora a vida seja bastante simples, nas palavras dela.

Um aspecto que chamou a atenção foi o fato de ela não mencionar que falava a língua de herança, no linguajar popular chamado de alemão. Perguntou-se a ela, então, se tinha conhecimento do idioma e ela respondeu afirmativamente, no entanto, de imediato ressaltou que não era o alemão correto e que não gostava de ser identificada como falante do idioma, porque sente certa vergonha disso. Justificou essa vergonha, contando que enquanto aluna frequentou uma escola da cidade vizinha, com mais habitantes e onde a maioria não fala mais o referido idioma. Nessa época, Elisa relata ter sofrido deboches constantes e ter recebido apelidos como “alemão batata” ou “colona” por apresentar marcas em sua fala, características dos falantes o Hunsrück. Além disso, Elisa afirmou que sua avó sempre lhe disse que o alemão só deveria ser falado em casa, que na “rua” ela deveria se esforçar para falar corretamente o português.

Aqui percebemos que Elisa possui uma identidade fragmentada, conforme Hall (2006), característica do sujeito pós-moderno. A estudante se reconhece como pertencente a um grupo, mas em espaços fora desse ambiente de convívio familiar, ela assume outra identidade, a de estudante de graduação, jovem e vinculada ao contexto de ensino superior.

Assim como a estudante aqui apresentada, diversos outros descendentes de imigrantes, por vezes, escondem ou não revelam essa faceta de sua identidade. Esse fato está ligado ao processo de nacionalização, imposto pela ditadura de Getúlio Vargas na década de 1930. Esse processo foi tão violento que algumas feridas permanecem abertas até hoje.

Para um melhor entendimento dessa política linguística, apresento, na

sequência, uma breve revisão desse momento de nossa história.

2 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ E O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO

Os primeiros imigrantes alemães chegam ao Brasil em 1824 e receberam do império brasileiro uma pequena quantia de terras na região sul do Brasil. A primeira colônia criada pelo império foi a de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Cada imigrante recebia do governo um lote de 70 hectares, ferramentas agrícolas e sementes (MAGALHÃES, 1993, p. 300). Em um primeiro momento, conforme Santana (2010, 237), o interesse brasileiro na imigração europeia ocorreu devido a uma necessidade de colonização de terras, uma preocupação com a integridade territorial. O imigrante alemão passa então a ser considerado agricultor ou “colono”, porque vivia em uma colônia. Essa é a origem da atual identidade social que se mantém nas regiões de forte colonização alemã.

O idioma dessas comunidades era o alemão, pouquíssimos dominavam o português. O ensino era comunitário, ou seja, havia escolas mantidas pelos imigrantes para seus filhos, inclusive com materiais didáticos desenvolvidos no Brasil no idioma alemão para as crianças. Essas colônias eram bastante fechadas e também isoladas do restante do estado. O acesso às colônias mais distantes de São Leopoldo era difícil e demorado. Dessa forma, os imigrantes organizavam sua vida cada vez mais dentro desses núcleos, cultivando suas tradições, seu idioma e também sua religião.

Todo esse isolamento e essa independência com relação à pátria brasileira culminaram em uma grande preocupação no período do Estado Novo (1937-1945). Getúlio Vargas implementa, no intuito de unificar o país e constituir uma só pátria, cujo idioma é apenas um, o

que ficou conhecido como campanha de nacionalização. O Decreto-Lei Federal 1.545, de 25 de agosto de 1939, determinou a proibição do uso de línguas estrangeiras no território nacional. Isso significa que, da noite para o dia, vários imigrantes foram compulsoriamente silenciados, porque as línguas de imigração, por razões políticas, foram tratadas como línguas estrangeiras. Quem fosse pego falando qualquer outro idioma que não o português era preso. No entanto, muitos imigrantes e também seus descendentes não dominavam o português. Foram, portanto, obrigados a ficarem calados. Os materiais impressos em outros idiomas eram confiscados e incinerados.

Com a proibição do idioma alemão, ocorreu também o fechamento de várias escolas de colônias de imigrantes. Segundo Altenhofen (2004, p. 84), nas áreas rurais, a política de nacionalização teve como consequência, entre outros, a proibição do letramento em alemão e a imposição do ensino exclusivo do português. No entanto, os filhos dos imigrantes não dominavam o idioma nacional e eram proibidos de utilizar sua língua materna, o alemão. Isso gerou o silêncio dessa população. As famílias conseguiram manter, dentro de suas casas, vivas variantes dialetais como língua de comunicação cotidiana. Essas variantes estão presentes em cidades mais interioranas até hoje e ecos da política de nacionalização se fazem ainda presentes, porque alguns, como Elisa, negam, em determinadas situações, sua identidade de descendentes de imigrantes ou de falantes de variantes dialetais por vergonha, sentimento gerado pelo silenciamento imposto na década de 1930.

O termo colono, mencionado anteriormente, é a origem do apelido dado à Elisa na escola, tornando-se pejorativo, porque traz fortemente a ideia de não pertencimento ao grupo mais urbano.

Além disso, há no termo a ideia de que os colonos alemães eram ignorantes, portanto seus descendentes também o são. Isso foi potencializado com o fechamento das escolas comunitárias. Silenciados, ficaram à margem e muitos, de fato, deixaram de se tornar letrados.

Embora Elisa demonstre vergonha de falar o idioma familiar em espaços públicos, ao ser questionada sobre o sentimento dela em relação à cultura de sua comunidade e de sua família, ela demonstra orgulho pela história de seus antepassados. Para melhor compreender essa aparente contradição, apresento na sequência os pressupostos de Pêcheux sobre língua e identidade.

3 LÍNGUA E IDENTIDADE DOS IMIGRANTES E SEUS DESCENTES

Segundo Pêcheux (1997), em todas as práticas discursivas há um jogo de relações de intersecção entre o linguístico e o discursivo, uma vez que a materialidade linguística trabalha com o sujeito, com a língua e com a história. Assim, não se pode excluir o sujeito da língua e da história, porque um entrelaçamento desses elementos ocorre na construção imaginária de identidade. Desse modo, ao tentarmos traçar alguns aspectos da identidade dos imigrantes alemães e de seus descendentes, é inevitável considerar que a língua ocupa papel central.

O sentido das palavras “se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). O autor ainda afirma que nos sujeitamos à língua, e nos constituímos historicamente através dela. Por isso, é preciso considerar o sujeito, a história e a língua ao refletir sobre a construção da identidade. Como já vimos no tópico

anterior, esse fator de construção da identidade, a língua, foi negado aos imigrantes. Isso trouxe consequências para essas identidades ainda hoje presentes, como o sentimento simultâneo de vergonha e orgulho, descrito por Elisa.

Segundo Seyferth, a identidade de descendentes alemães pode ser retratada como uma moeda. De um lado temos a memória coletiva da imigração e da colonização que destaca uma “herança cultural” compartilhada: “a comida, o conhecimento da língua alemã (ou de seus dialetos), a ancestralidade, os costumes e os hábitos associados à religião, sociabilidade, tradições familiares, etc”. (SEYFERTH, 2012, p. 23). Já na outra face dessa moeda, temos a memória coletiva e individual do processo de nacionalização. Esse lado “tem maior peso quando se trata de reelaborar uma identidade forjada no conflito com o nacionalismo brasileiro e por ele considerada espúria” (SEYFERTH, 2012, p. 23).

Elisa, ao relatar o conselho da avó de não falar alemão em público, demonstra o medo dos que viveram mais de perto o processo de nacionalização. A estudante, no entanto, vive em outros tempos, na pós-modernidade. Sua identidade, certamente, está vinculada a esse tempo. Apresento, no próximo tópico, os pressupostos de Hall sobre a identidade na pós-modernidade.

4 IDENTIDADE PÓS-MODERNA

Definir identidade nunca foi tarefa fácil, no entanto, isso se tornou mais complexo na modernidade e teve mais uma gradação na pós-modernidade. Os grandes fluxos migratórios e o apagamento de fronteira territoriais, processos potencializados pela globalização, propiciam contatos entre culturas, gerando o que Hall (2006) definiu como identidade do sujeito pós-moderno.

Em seu livro “A identidade cultural na Pós-modernidade”, Hall apresenta como a constituição do sujeito ocorreu desde o Iluminismo até a Pós-modernidade. O sujeito do Iluminismo era individualista e centrado na razão. Já o sujeito sociológico construía sua identidade a partir da avaliação e do julgamento do externo, das pessoas a ele relacionadas. Isso fazia com que essa identidade estivesse muito preza à estrutura social. Tudo era mais unificado e predizível e dependente das relações sociais. No entanto, a identidade pós-moderna é múltipla, fragmentada, contraditória e não fixa.

Conforme Hall (2006, p. 13), a identidade do sujeito pós-moderno é

formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...]. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente.

Essa multiplicidade de identidades fica clara nas falas de Elisa.

Hall (2006), mencionando Laclau, afirma que as sociedades da modernidade tardia produzem várias identidades para o sujeito, pois a característica principal delas é a diferença. Isso gera um constante deslocamento das identidades vigentes, gerando uma crise de identidade do sujeito sociológico.

Esse deslocamento ocorreu, segundo Hall (2006, p. 34-46), devido a cinco grandes avanços nas ciências humanas, realizadas na modernidade tardia. São elas: o pensamento marxista sobre as relações de trabalho; as descobertas de Freud sobre nosso inconsciente; as proposições de Saussure sobre linguagem e o perpassamento de outros em nossas falas; os estudos de Foucault sobre o poder disciplinador, necessário para manter os modos de ser

e agir dos sujeitos e o último avanço, mencionado por Hall, é o surgimento do feminismo nos anos 1960.

Todos esses avanços, juntamente à globalização, geraram grandes mudanças nas identidades dos sujeitos e geraram também deslocamentos na identidade cultural nacional. Hall (2006, p. 47) procura demonstrar o que está acontecendo com a identidade cultural na modernidade tardia e como essas identidades estão sendo deslocadas ou afetadas pelo processo de globalização.

O autor utiliza o cidadão inglês como exemplo para demonstrar que a identidade desse sujeito possui características nacionais, porque criamos diversas representações e símbolos ao redor dele, como a língua e modos de pensar e agir. No entanto, essa identidade é artificial, não é única e exclusiva. Hall utiliza esse cidadão como exemplo para criticar os modos como as identidades culturais nacionais são percebidas. Essas, muitas vezes, parecem formas naturais e neutras, mas uma identidade nacional unificada não existe (HALL, 2006, p. 50). Isso se torna muito claro, ao passo que o autor apresenta sua análise pautada nas diferenças, de gênero e etnia por exemplo, existentes em uma mesma nação. Aqui podemos novamente estabelecer uma ligação com as falas de Elisa.

Ao ser questionada sobre sua nacionalidade, ela prontamente se identifica como brasileira. Contudo, quando abordadas questões sobre cultura brasileira, ela menciona que a cultura à qual pertence não é brasileira, é alemã. Há aqui uma identificação com a nação, mas a estudante não considera que a cultura, intitulada por ela como alemã, também pertença à cultura de seu país. Encontramos aqui outro eco do processo de nacionalização.

Hall (2006) apresenta uma conclusão provisória acerca do efeito da globalização sobre as identidades

culturais nacionais. “Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (HALL, 2006, p. 87). Além disso, o autor destaca que a globalização promove o surgimento de identidades locais e regionais, assim como um hibridismo das culturas originado pela migração dos povos.

Hall (2006, p. 91-97) afirma que, ao mesmo tempo que o hibridismo e a diversidade cultural são vistos por um lado como algo positivo, pois são fonte criativa para novas formas, mais adaptadas à modernidade tardia; também são vistos como perigosos, fazendo surgir movimentos de resistência como o nacionalismo e o fundamentalismo. Assim, podemos entender que não temos uma identidade, mas nos identificamos com aspectos de uma cultura, também passíveis de mudança e transformação.

Essa multiplicidade de identidades do sujeito pós-moderno está estreitamente ligada ao conceito de superdiversidade que será mais bem explicado no próximo tópico.

5 SUPERDIVERSIDADE E TRANSIDIOMA

As antigas colônias dos imigrantes alemães tornaram-se cidades, em sua maioria ainda de pequeno porte, assim como a cidade natal de Elisa. Essas, no entanto, são contemporâneas, marcadas por um variado estímulo visual, entre elas placas de estabelecimentos comerciais, letreiros luminosos, nomes de ruas e de prédios, anúncios publicitários, grafados em mais idiomas. Todos esses elementos constituem a paisagem linguística dessas localidades.

Na cidade em questão há a presença dos idiomas português, alemão e inglês nesses estímulos linguísticos, além do uso cotidiano do idioma português e de uma língua de herança da imigração alemã. Esse complexo sistema caracteriza o que Vertovec (2007) chamou de superdiversidade. O autor cunhou esse termo, conforme citado por Semechechem (2016, p. 74), “para dar conta da diversificação da diversidade, principalmente decorrente dos novos fluxos migratórios na Europa após a Guerra Fria”. Essa diversificação não ocorre apenas em termos de etnia e de origem dos imigrantes, “mas também em relação a outras variáveis, como classe social, sexo, idade, religião, status de migração, decorrentes das trajetórias de vários grupos de migrantes do século XXI”.

Ainda segundo Semechechem (2016), os aspectos linguísticos-culturais também são influenciados pela superdiversidade. Os contatos entre idiomas e culturas são muito mais frequentes com as modificações nos padrões de mobilidade. Conforme a autora, as fronteiras linguísticas são um mero construto ideológico.

Não somos mais monolíngues. Estamos constantemente expostos a mais línguas e essas integram nosso repertório linguístico. Otheguy et al. apresentam uma separação entre línguas nominadas, que seriam os idiomas dos diferentes povos ou nações, e o sistema linguístico de cada sujeito, denominados pelos autores de línguas nominadas particulares.

Embasados nas definições de Heller (2007), Jorgensen et al. (2011), Makoni e Pennycook (2010), os autores definem as primeiras como um “constructo social e não um objeto linguístico” (OTHEGUY; GARCÍA; REID, 2015, p. 283) e afirmam que essa é definida pelas relações sociais, políticas e étnicas de seus falantes.

Há, portanto, uma diferenciação entre idiomas nomeados como Português, Inglês, Alemão e o repertório linguístico individual de cada sujeito. Esse repertório linguístico é apresentado pelo autores como idioleto. Esse conceitua o que Otheguy, García e Reid (2015, p. 289) entendem pela “linguagem única e pessoal de um indivíduo, a gramática mental do sujeito que surge na interação com outros falantes e permite que a pessoa use a linguagem” para estabelecer uma comunicação com seus pares. Portanto, é a representação de uma língua particular, vista pela perspectiva interna do indivíduo.

O conceito de idioleto dialoga com a definição de transidioma ou de práticas transidiomáticas, desenvolvido por Jacment (2005, 2016 apud SEMECHECHEM, 2016, p. 77). Esse conceito refere-se às “práticas comunicativas de grupos de pessoas, não mais territorialmente definidas que usam face a face e em meios de comunicação de longa distância a combinação de comunicação digital e multilíngue” (SEMECHECHEM, 2016, p.77).

Novamente retomo as colocações de Elisa sobre seu repertório linguístico. Ela afirma que em sua família o Hunsrück e o português convivem cotidianamente. A avó fala apenas a língua de herança, enquanto Elisa prefere falar português. Ambas estabelecem comunicação sem problemas, porque o idioleto delas é semelhante, ambas possuem um repertório linguístico semelhante. A estudante relata ainda que, em momentos de descontração com os amigos, é comum algumas palavras serem ditas em Hunsrück.

A superdiversidade, bastante estudada nas grandes metrópoles, está, portanto, também presente nas antigas colônias dos imigrantes. Os sujeitos integram um complexo sistema que

articula uma multiplicidade cultural e linguística.

6 POR QUE UM ARTIGO SOBRE TUDO ISSO?

Elisa, assim como muitos outros descendentes de imigrantes, carrega marcas de uma política linguística que foi imposta aos brasileiros na década de 1930. Estamos vivenciando novamente grandes ondas de imigrações pelo mundo. Conceitos como os apresentados neste ensaio precisam ser mais estudados e pesquisas, embasadas neles, devem ser realizadas. Estudos sobre a constituição das identidades desses sujeitos pós-modernos, complexos por estarem vivendo esse tempo e imbricados ou atravessados por questões ainda não resolvidas, podem contribuir para dar voz a muitos que ainda permanecem silenciados.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, C. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt, v. 2, n. 1, p. 83-93, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decl/ei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-norma-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

MAGALHÃES, M. D. B. **Alemanha, mãe-pátria distante**: utopia pangermanista no sul do Brasil. 1993. 327f. Tese (Doutorado)

- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1993.

OTHEGUY, R.; GARCÍA, O.; REID, W. Clarifying translanguaging and deconstructing named languages: A perspective from linguistics. **Applied Linguistics Review**, v. 6, n. 3, p. 281-307, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

SANTANA, N. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. **Dimensões**, v. 25, p. 235-248, 2010.

SEMECHECHEM, J. A. Línguas minoritárias e práticas transidiomáticas na internet em tempos de superdiversidade. **Linguagem em (Re)vista**, Niterói, RJ, v. 11, n. 22, p. 72-85, jul./dez. 2016

SEYFERTH, G. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Brasil. **Métis: história & cultura**, v. 11, n. 22, p. 13-39, jul./dez. 2012

Recebido em: 20/04/2020

Aceito em: 02/05/2020